

Parceria em consolidação ou distância não percorrida: o relacionamento contemporâneo entre Índia e Brasil

Emerging partnership or unattended distance: the current relationship between India and Brazil

GUSTAVO RESENDE MENDONÇA*

Meridiano 47 n. 109, ago. 2009 [p. 26 a 28]

Historicamente, o relacionamento bilateral entre Índia e Brasil é marcado por uma dificuldade em se transformar as convergências entre as duas nações em parceria efetiva (CERVO, 2008: 284). Até recentemente os dois países colaboravam estreitamente no âmbito multilateral, mas as relações bilaterais eram levadas a cabo com hesitação e timidez (MACHADO, 2004: 237). Na gestão Lula, no entanto, novas iniciativas diplomáticas, como o G-20 e o Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), introduziram dinamismo inédito ao relacionamento bilateral. O presente artigo, de caráter exploratório, pretende analisar brevemente a história das relações entre Índia e Brasil, além de avaliar a atual conjuntura do relacionamento bilateral. Argumenta-se que, não obstante os avanços recentes, a construção de uma parceria sólida entre as duas nações permanece inacabada.

As relações diplomáticas entre Brasil e Índia foram estabelecidas em 1948, poucos meses após a independência do país asiático. Rapidamente, Brasil e Índia tornaram-se parceiros na esfera multilateral, uma vez que compartilhavam o objetivo de melhorar as condições de inserção internacional dos países em desenvolvimento. A atuação dos dois países foi essencial para a criação da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), em 1964 (MACHADO, 2004: 237). Brasil e Índia também foram os principais promotores dos interesses das nações em desenvolvimento no GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) e seus esforços resultaram, em 1965, na introdução da parte IV do

Acordo, intitulada “Comércio e Desenvolvimento” (PANAGARIYA, 2008: 278). Na Rodada Uruguai (de 1886 a 1994), Brasil e Índia lideraram a coalizão de países que eram contrários à inclusão de temas como serviços e propriedade intelectual na agenda de negociações do sistema multilateral de comércio (ABREU, 2007: 149).

A colaboração na esfera multilateral entre Brasil e Índia também se estendeu ao regime internacional de segurança. Na década de 1960, por ocasião das negociações do Tratado de Não-Proliferação (TNP), Brasil e Índia apoiavam o regime de desarmamento, mas se recusavam a assinar o tratado, por motivos similares. Ambas as nações acreditavam que o TNP congelava as relações de poder no cenário internacional e dificultava o acesso dos países em desenvolvimento à tecnologia nuclear (LIMA, 2005: 15). Nesse contexto, Índia e Brasil foram dois dos principais contestadores do regime de desarmamento nuclear.

A convergência no âmbito multilateral, no entanto, não se estendia ao relacionamento bilateral, as relações políticas e econômicas entre Brasil e Índia eram de pouca relevância. (LIMA, 2005: 28). A partir da década de 1980, iniciativas foram tomadas para remediar essa situação. Em 1984, Saraiva Guerreiro, ministro das Relações Exteriores do Brasil, visitou Nova Dehli. Um ano depois, Olavo Setúbal, novo chanceler do Brasil, realizou nova viagem à Índia e assinou um acordo de cooperação científica e tecnológica entre as duas nações. A cooperação entre a Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária (Embrapa) e o Centro

* Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB e técnico em cooperação internacional da Agência Brasileira de Cooperação – ABC (gustavo.mendonca@abc.gov.br).

Indiano para Pesquisas Agrícolas também teve origem na década de 1980 (MACHADO, 2004: 238).

Em 1996, Fernando Henrique Cardoso tornou-se o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar a Índia, como convidado especial do Dia da República indiano. Em 1998, o presidente indiano K. R. Narayanan visitou o Brasil com o intuito de retribuir a visita de Cardoso à Índia e assinar novos instrumentos de cooperação entre os dois países (MACHADO, 2004: 239). Poucos meses após a visita de Narayana ao Brasil, a Índia testou cinco ogivas nucleares no deserto de Pokhran e se declarou abertamente como uma potência nuclear. Tal fato resultou em grande pressão da comunidade internacional sobre a Índia e na denúncia brasileira do memorando de entendimento sobre cooperação em atividades nucleares para fins pacíficos, assinado entre Brasil e Índia à época da visita de Cardoso ao país asiático.

A presidência de Luis Inácio da Silva trouxe novo ânimo ao relacionamento bilateral. Ao conferir relevância acentuada à cooperação Sul-Sul, o governo Lula enxergou na Índia uma aliada natural na inserção internacional do Brasil. Os dois países formaram uma coalizão com a África do Sul, o Japão e a Alemanha, com o objetivo de reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas e assegurar assentos permanentes no órgão (LIMA, 2005: 18). A Índia também colabora estreitamente com o Brasil na Organização Mundial Do Comércio (OMC), não apenas nas negociações comerciais, mas em contenciosos no âmbito do sistema de solução de controvérsias da organização. A parceria entre Índia e Brasil foi especialmente relevante no contencioso das patentes farmacêuticas na OMC (OLIVEIRA, 2005: 7), no qual o Brasil e a África do Sul agiram como demandantes e a Índia atuou como fornecedor dos medicamentos a um custo mais baixo do que o praticado pelas nações desenvolvidas.

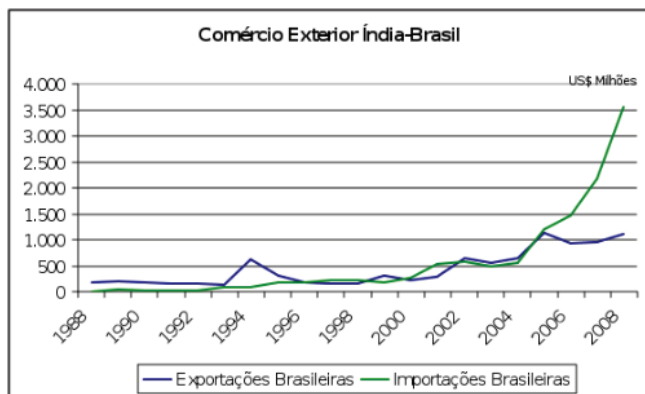
A estreita colaboração entre Índia e Brasil no sistema multilateral de comércio deu origem ao G-20, coalizão de países em desenvolvimento que pleiteia a liberalização do comércio internacional no setor agrícola. O G-20 foi constituído em 20 de agosto de 2003, nas reuniões preparatórias para a V Conferência Ministerial da OMC, realizada em Cancún. O G-20 surgiu da necessidade de formar uma aliança de pa-

íses em desenvolvimento interessados na eliminação dos subsídios à exportação de produtos agrícolas nos países desenvolvidos. O grupo, liderado pela Índia e pelo Brasil, surgiu para complementar a ação do Grupo de Cairns, criado em 1986 e cujos objetivos são similares aos do G-20. O Grupo de Cairns é liderado pela Austrália e abarca tanto nações desenvolvidas como países em desenvolvimento. Nesse sentido, as posições do Grupo tornaram-se moderadas e, por vezes, próximas às dos Estados Unidos e União Européia (VIZENTINI, 2006: 164). Assim, o G-20 surgiu para configurar-se como via alternativa ao Grupo de Cairns na promoção dos interesses dos países em desenvolvimento na OMC.

Paralelamente à criação do G-20, o governo brasileiro engendrou outra iniciativa inovadora com potencial para estimular a cooperação com a Índia: o Fórum IBAS. O Fórum Índia-Brasil-África do Sul foi fundado oficialmente em junho de 2003 e consiste em uma instituição com o objetivo de estimular a cooperação entre as três nações em diversas áreas (VIZENTINI, 2006: 182). A organização conta atualmente com dezesseis grupos de trabalho e diversos subgrupos temáticos. Em sua visita a Brasília em 2006, o primeiro ministro indiano Singh afirmou que o IBAS era “uma iniciativa sem precedentes” e que a instituição deveria servir de modelo para a cooperação Sul-Sul (KANDAR, 2008: 332). A Índia tem especial interesse que o IBAS promova a cooperação científica na produção de fontes alternativas de energia (KANDAR, 2008: 332).

Não obstante o salto qualitativo que as relações bilaterais entre Brasil e Índia experimentaram durante o governo Lula, desafios significativos persistem para a consolidação de uma parceria sólida entre as duas nações. Embora o Acordo Marco de Cooperação Comercial entre Mercosul e Índia tenha sido assinado em 2003, o primeiro acordo desse tipo entre o Mercosul e um país fora da região sul-americana (MACHADO, 2004: 244), o comércio entre Índia e Brasil ainda é pouco expressivo. Em 2008, a Índia forneceu apenas 2,1% do valor total das importações brasileiras e foi responsável pela compra de somente 0,55% do valor total das exportações brasileiras (MDIC, 2008). Não obstante, o comércio bilateral cresceu significativa-

mente nos últimos anos, consolidando-se um déficit comercial desfavorável ao Brasil.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2008

Ademais, certo ceticismo acerca da efetividade de iniciativas como o IBAS permanece entre diversos analistas. O fórum tem sido considerado com pouco mais que um conjunto de declarações retóricas, sem resultados concretos (VIZENTINI, 2006: 182). Além disso, o IBAS é frequentemente criticado com base no fato de que Índia e Brasil seriam competidores na economia internacional, não parceiros (VIOLA 2007: 111). Por fim, existem autores que, embora reconheçam a utilidade do IBAS, entendem que o Fórum ainda não encontrou os mecanismos adequados para promover a cooperação entre as nações envolvidas (CERVO, 2008: 285).

Com o que foi exposto, percebe-se que duas perspectivas contrastantes são possíveis na avaliação do relacionamento bilateral entre Índia e Brasil. Por um lado, é possível considerar o relacionamento como uma "parceria em consolidação" (MACHADO, 2004: 229), uma vez que o tradicional marasmo das relações bilaterais solapa frente a iniciativas inovadoras como o IBAS. Alternativamente, pode-se considerar as relações bilaterais como caracterizadas por uma "distância não percorrida" (CERVO, 2008: 284), uma vez que o novo dinamismo no relacionamento bilateral ainda não produziu os resultados esperados e os elos entre as sociedades brasileira e indiana ainda são escassos. Claro está, no entanto, que ainda existe espaço para inovação e empenho no processo de consolidação da parceria indo-brasileira.

Referências

- ABREU, Marcelo de Paiva. **Comércio Exterior : interesses do Brasil**. São Paulo: Elsevier, 2007.
- CERVO, Amado Luiz (2008). **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- KAMDAR, Mira. **Planeta Índia**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- LIMA, Maria Regina Soares de. **A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional, V. 48 (1), p. 24-59, 2005.
- MACHADO, Vera Barrouin (2004). **"Brasil-Índia: parceria em consolidação"**. IN: AMARAL Jr., Alberto & SANCHEZ, Michelle Ratton. **Relações Sul-Sul: países da Ásia e o Brasil**. São Paulo: Aduaneiras, 2004. Pp.: 229-249.
- MDIC. **Panorama do Comércio Exterior Brasileiro**, 2008.
- PANAGARIYA, Arvind. **India: The Emerging Giant**. Londres: Oxford Press, 2008.
- OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. **Alianças e coalizões internacionais no governo Lula: Ibas e G-20**. Revista Brasileira de Política Internacional, V. 48 (2), p. 55-69, 2005.
- VIOLA, Eduardo, LEIS, Héctor Ricardo. **Sistema Internacional como Hegemonia das Democracias de Mercado**. Florianópolis: Insular, 2007.

Recebido em 24/08/2009

Aprovado em 29/08/2009

Resumo: O artigo busca analisar a história e o estado atual das relações bilaterais entre Brasil e Índia.

Abstract: The article seeks to analyze the history and the current state of the bilateral relations between Brazil and India

Palavras-chave: Brasil; Índia; IBAS.

Key words: Brazil; India; IBSA.